

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB): UM DISPOSITIVO *PANÓPTICO* DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA?

Maria Beatriz Fernandes
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Brasil
beatrizfernandes98@hotmail.com

Mie Nakayama Dantas da Silva
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Brasil
miedantas@alu.uern.br

Allan Solano Souza
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Brasil
allansouza@uern.br

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

As reformas que eclodiram a partir da década de 1990, demarcam uma nova era na administração pública. O discurso neoliberal que se expandia mundialmente, impulsionou a reformulação do Estado, voltado para uma lógica produtivista e pautado em padrões de eficiência e eficácia. Este modelo, caracterizado por Afonso (2013) como Estado-avaliador, utiliza-se das avaliações como uma política de monitoramento dos investimentos, assim como de controle dos resultados educacionais.

Em território brasileiro, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tem sido utilizado como determinante da qualidade educacional (BRASIL, 2007). Ainda que os dados sejam apresentados de forma sintética, a divulgação dos resultados do IDEB tem provocado mudanças de comportamento nas realidades escolares, produzido subjetividades por meio do sentimento de responsabilidade individual constante e mobilizado os atores educacionais a responderem por um sistema de metas meritocráticas.

Diante do exposto, este texto é parte das inquietações de nossa pesquisa de mestrado, em que nos propomos investigar a produção de discursos em torno dos resultados do IDEB. Para este evento delimitamos nossa reflexão lançando o seguinte questionamento: é possível perceber alguma relação entre o IDEB e a concepção de dispositivo *panóptico*?

O percurso metodológico deste trabalho se restringe aos passos do levantamento bibliográfico, seguindo a fio os estudos de Michel Foucault (2014), procurando interfaces com a estrutura do IDEB para conferir se os achados permitem aproximar este índice

como um dispositivo *panóptico* da educação brasileira. Além destas considerações de introdução, em seguida uma seção discursiva que evidencia as possíveis relações. Finalmente, apresenta considerações finais.

O DISPOSITIVO *PANÓPTICO* E O IDEB

Na reconfiguração e constituição do Estado-avaliador (AFONSO, 2013), as avaliações assumem papel de destaque, visto que oferecem “[...] informações que interligam Estado, escola e sociedade” (GARCIA; NASCIMENTO, 2012, p. 96). Os resultados divulgados são considerados como princípio balizador para reformulação das políticas e distribuição de recursos financeiros.

Neste contexto, um dos mecanismos utilizados pelo governo brasileiro para controle e acompanhamento educacional é o IDEB. De forma sintética, este índice realiza um cálculo entre resultados de desempenho por meio das provas estandardizadas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e os resultados do fluxo escolar, através do acompanhamento do Censo Escolar. A divulgação do número expõe para a sociedade o desenvolvimento do trabalho realizado pelas escolas em todo território nacional.

Apesar do IDEB ser classificado como responsável por avaliar, acompanhar e divulgar o desenvolvimento da qualidade educacional do país, este instrumento tem sido alvo de questionamentos quanto sua função, visto que a qualidade da educação não é, ou não deveria, se resumir ao produto de apenas dois elementos. Utilizar desses fatores não garante que seja expresso a realidade das escolas, contudo, possibilita formas de controle e vigilância do trabalho docente.

Quanto a este aspecto, estabelecemos relação com o dispositivo *panóptico* apresentado por Foucault (2014). De acordo com o autor, o sistema *panóptico* foi idealizado por Jeremy Bentham que defendia um modelo de prisão capaz de estabelecer princípios de controle e padronização. Sua estrutura é utilizada como exemplo para demonstrar as nuances do poder na sociedade disciplinar.

Foucault (2014) define o poder como uma rede de relações produtora de saber. Nesta perspectiva, o poder não seria um mal, uma punição que se aplica sobre os corpos, do contrário, seria produtor, atravessaria os sujeitos de forma sutil, sem uma imposição,

mas por meio dos desejos e através dos indivíduos produziria novas formas de se reproduzir.

No *panóptico*, o poder disciplinar alcança a idealização de uma configuração ideal para se obter o controle dos comportamentos e uma vigilância constante, em que torna todos os aspectos visíveis, sem deixar que suas táticas sejam reveladas. Por meio de uma estrutura circular, com uma torre de comando no centro e as celas em seu entorno formando um anel, o vigia poderia observar de seu ponto tudo o que acontece no ambiente, sem que os prisioneiros soubessem o que, ou como, estariam sendo observados.

Ainda que a descrição parta de um modelo de prisão físico, as reflexões podem ser assimiladas para além da proposição de Bentham. Foucault (2014), expressa como a economia capitalista adotou a perspectiva do *panóptico* na produção de corpos dóceis, eficientes e submissos para manutenção e reprodução do sistema. Para o autor, estamos imersos na maquinaria *panóptica*, respondendo ao discurso neoliberal, que tem produzido subjetividades voltadas para o princípio da eficiência e da competitividade, estimulando a fabricação de corpos para responder a versatilidade exigida no mercado de trabalho.

Dessa forma, podemos também relacioná-lo com o IDEB. Pois, assim como o *panóptico* utiliza do poder para adentrar em todas as dimensões sociais com “[...] uma adaptação e harmonia dos instrumentos que se encarregam de vigiar o comportamento cotidiano das pessoas” (FOUCAULT, 2014, p. 78), o IDEB se configura como um instrumento de vigilância e controle dos resultados, e que por meio dele, o poder público atinge todas as escolas e os seus profissionais. (KLEIN; TRAVERSINI, 2017).

Os dados divulgados colaboram para a concepção de um panorama nacional do desempenho da educação nacional, e como consequência disso uma vigilância, no sentido de controle permanente a partir dos dados publicados pelo censo escolar e uma disciplinarização usando do controle dos resultados das avaliações externas. Com a publicização desses números

Confere-se maior visibilidade aos atores locais, tornando os gestores, os professores e os funcionários das escolas os responsáveis pelos resultados educacionais, sem que se preste a mesma visibilidade às ações que o Estado deveria empreender para que o trabalho educativo tenha qualidade efetiva (GARCIA; NASCIMENTO, 2012, p. 97)

Se por um lado o Estado controla o desenvolvimento da educação utilizando das estatísticas do IDEB, por outro, torna suas responsabilidades ofuscadas, ao atribuir às

escolas uma autonomia para que tomem decisões e planejem estratégias para se alcançar os objetivos lançados. Dessa forma, materializa-se uma normatividade imposta pelo Estado, por meio do estabelecimento de uma cultura de metas, exigindo determinadas posturas dos atores educacionais.

Klein e Traversini (2017), enfatizam que a visibilidade produzida pelo IDEB atua diretamente na individualidade dos sujeitos, e, de forma demarcada, na prática profissional dos professores, que passam a questionar seu próprio trabalho desenvolvido, reorganizando o planejamento de modo a responder com excelência aos moldes competitivos e produtivos do sistema de ranqueamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabelecer relação entre o IDEB e o *panóptico* não é um caminho distante, do contrário, a concepção de vigilância permanente e de padronização das condutas são perspectivas que se configuram em ambos os dispositivos. Tal qual o *panóptico*, o IDEB age de forma sutil, o que não implica dizer, que ele não seja preciso ao atingir a todos, classificando e expondo para a sociedade os dados alcançados.

Diante do exposto, o IDEB se configura como um dispositivo *panóptico* na atual conjuntura das políticas educacionais, visto que funciona como um instrumento de vigilância constante que mobiliza e reconfigura a organização escolar para responder a um sistema de metas. Dessa forma, a exposição dos resultados responsabiliza os atores educacionais pelos números e convoca a comunidade para atuarem na cobrança e exigência de melhorias na qualidade educacional.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. **Revista Brasileira de Educação**, v.18, n.53, p. 267-284, abr. - jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Presidencial nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GARCIA, Luciane Terra dos Santos; NASCIMENTO, Lenilton Batista do. O Estado-avaliador e a construção do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). In: CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; FRANÇA, Magna (Orgs.). **Política Educacional**: contextos e perspectivas da educação brasileira. Brasília: Liber Livro, 2012.

KLEIN, Delci Heinle; TRAVERSINI, Clarice Salete. A avaliação de todos e cada um na fórmula do IDEB. **Revista Educação em Rede**: Formação e Prática Docente. v. 6, n. 7. ISSN 2316-8919. 2017.